



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA

1.1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

A. ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

O Estado do Rio Grande do Sul, cuja capital é Porto Alegre, está localizado na região Sul, no extremo meridional do Brasil, tendo como limites o estado de Santa Catarina (norte), o Oceano Atlântico (leste), o Uruguai (sul) e a Argentina (oeste). Possui uma área de 281.730,2 km² (IBGE), equivalente a aproximadamente 3,3% do território brasileiro, subdividindo-se em 497 municípios com uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em sua formação étnica destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. O relevo apresenta altitudes que variam até 1.398 m. O clima subtropical caracteriza-se pelas baixas temperaturas e a vegetação é diversificada, com predominância de campos ao sul (bioma Pampa) e florestas ao norte (bioma Mata Atlântica), além da vegetação litorânea.

Conforme dados do IBGE, a população total do Rio Grande do Sul, em 2010, era de 10.693.929 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 38 hab/km², representando aproximadamente 5,6% do total da população brasileira. O Estado ocupa o quinto lugar entre os mais populosos do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Nas últimas décadas, observou-se uma queda nas taxas de crescimento populacional do Rio Grande do Sul, tendo apresentado, no período de 2000 a 2010, a menor taxa de crescimento relativo do Brasil (média anual de 0,49%). A distribuição mostra acentuada tendência à concentração da população em áreas urbanas, nas quais residem 85,1% dos gaúchos. O eixo Porto Alegre/Caxias do Sul constitui a área mais povoada do Estado, sendo que, dos 29 municípios com densidade superior a 200 hab/km², dezoito fazem parte deste eixo, dos quais dezessete na Região Metropolitana de Porto Alegre e dois na Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Por outro lado, existem áreas com densidade populacional inferior a 20 hab/km², localizadas principalmente na faixa oeste do Estado e, também, mais ao norte.

O Rio Grande do Sul é atualmente a quarta economia do Brasil e a primeira da região Sul pelo tamanho do Produto Interno Bruto (PIB), chegando a R\$ 381,99 bilhões em 2015, aumentando sua participação no PIB nacional para 6,4%, frente aos 6,2% em 2014, ficando atrás de São Paulo (32,4%), Rio de Janeiro (11,0%) e Minas Gerais (8,7%). O ganho de 0,2% é explicado pelo avanço da agropecuária no contexto nacional, refletindo o bom desempenho do cultivo de soja e de cereais entre 2014 e 2015. Entretanto, o PIB do Rio Grande do Sul apresentou variação negativa (-4,6%) em 2015, após ter diminuído 0,3% em 2014. Em 2015, sua queda foi maior que a verificada no País (-3,5%). O PIB per capita do Estado em 2015 foi de R\$ 33.960,36, o que o coloca na quinta posição nacional, abaixo do Distrito Federal (R\$ 73.971,05), São Paulo (R\$ 43.694,68), Rio de Janeiro (R\$ 39.826,95) e Santa Catarina (R\$ 36.525,28). Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 1 - PIB per capita Brasil, Região Sul e RS - 2011-2015.

A estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos grandes setores manteve-se relativamente estável, com a agropecuária e os serviços variando entre 2014 e 2015, de 9,3% para 9,4% e de 67,3% para 67,4% respectivamente, ao passo que a indústria recuou de 23,4% para 23,2%. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 2 - PIB RS por grupo de atividades (em R\$ milhões) - 2011-2015; e Gráfico 1 - Participação das atividades no VAB/RS - 2011-2015.

O desempenho do PIB, em volume, foi determinado pela queda da indústria e dos serviços, de 10,8% e 3,7% respectivamente, e um crescimento de 9,5% na agropecuária. Neste setor, a agricultura apresentou desempenho positivo (13,9%), decorrente da excelente safra da soja, beneficiada pela desvalorização do real e pelas exportações, as quais amenizaram uma queda ainda maior da economia do Estado. O desempenho da indústria foi explicado pelo comportamento da indústria de transformação (-12,7%), da construção civil (-7,0%) e da extrativa (-3,0%), enquanto a atividade de eletricidade, gás e água (0,0%) manteve-se estável. A retração do setor de serviços ocorreu em todas as atividades. Por sua importância estrutural, significado na economia e dimensão da queda, o maior destaque foi a atividade de comércio, com retração de 9,4%, influenciada pelo aumento do desemprego e pela deterioração da renda e das condições de crédito. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 3 - Índice de volume do VAB por setores de atividade - 2011-2015.

B. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

B.1. EQUILÍBRIO FISCAL

O Estado do Rio Grande do Sul enfrenta uma crise financeira de difícil solução no curto prazo, tendo em vista o esgotamento das principais fontes extraordinárias de financiamento havidas no passado, quadro ainda agravado pela forte crise econômica em curso. As contas estaduais apresentam déficits fiscais recorrentes há décadas, quando se despendeu mais do que se arrecadou. Atualmente, pelo lado da despesa, há uma estrutura de gasto já instalada, enquanto pelo lado da receita ocorre a pior crise econômica dos últimos tempos, deprimindo a arrecadação. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 2 ? Resultado Orçamentário x Resultado Primário - 1971-2016.



Nos últimos anos, o Estado do Rio Grande do Sul continuou enfrentando problemas financeiros e econômicos. Em 2016, o ingresso de receitas extras permitiu que o resultado primário fosse positivo. Em 2017, apesar do resultado primário ter sido negativo (déficit de R\$ 422 milhões), apresentou uma melhora se comparado ao ano de 2015 (déficit de R\$ 1,8 bilhão). Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 4 - Resultado Primário na ótica da LRF e do PAF (em R\$ milhões) - 2015-2017.

A Resolução 40-2001 do Senado Federal definiu um prazo para adequação do endividamento dos entes da federação, determinando aos estados que, até o final do décimo quinto exercício (2016), sua Dívida Consolidada Líquida - DCL não deveria exceder duas vezes o valor da Receita Corrente Líquida ? RCL. Em 2001, o Estado do Rio Grande do Sul estava com a relação DCL/RCL em 272,74%, portanto, acima do limite em 72,74%. Como o aumento do saldo devedor da dívida, em 2016, foi inferior proporcionalmente ao aumento da RCL, o percentual caiu de 227,23%, em 2015, para 212,95%, em 2016, ficando, ainda assim, acima do limite. Em 2017, devido a liminar obtida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em função das tratativas para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a partir do mês de julho ficou suspenso o pagamento da dívida com a União, elevando o percentual para 218,86%. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Gráfico 3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada em relação à RCL - 2015-2017.

Em 2016, todos os Poderes e Órgãos diminuíram o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL na comparação com o ano anterior. Isso é explicado, em parte, pelo aumento da receita, tendo em vista que a RCL aumentou 14,98%, ficando acima da inflação do período que foi 6,29% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por outro lado, a despesa com pessoal dos Poderes e Órgãos cresceu abaixo do IPCA do período, exceção a isso foi o Poder Judiciário, com 8,21%. Já em 2017, apesar do fraco desempenho da receita, com a RCL aumentando apenas 1,13%, abaixo da inflação do período, que foi de 2,95%, o Poder Legislativo, o Tribunal de Contas e o Ministério Público reduziram ou mantiveram estável o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL. Mesmo o Poder Executivo tendo aumentado sua relação percentual, a mesma ficou abaixo do limite prudencial (46,55%), deixando de estar sujeito às restrições impostas pela LRF para esses casos. Importante salientar, também, que tanto em 2016 como em 2017, o consolidado, a soma da despesa com pessoal de todos os poderes e órgãos, ficou abaixo do limite prudencial (57%). Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 5 ? Despesa com Pessoal por Poderes (em R\$ milhões) - 2015-2017.

B.2. DESEMPENHO DA RECEITA

Apesar da profunda recessão econômica que está em curso no País, em 2017 o Rio Grande do Sul atingiu uma arrecadação total de R\$ 60,808 bilhões, superando em 6,04% o valor arrecadado do ano anterior.

A receita tributária do Estado nos últimos anos, inobstante toda crise financeira, foi positiva. Nesse sentido, destaca-se que o ICMS cresceu nominalmente 13,14% em 2016 e 5,43% em 2017. O expressivo aumento em 2016 foi em decorrência da majoração da alíquota básica (de 17% para 18%), das alíquotas de energia elétrica, combustíveis e comunicações (de 25% para 30%) e da criação do Fundo AMPARA/RS. Em 2017, devido às medidas de administração tributária e de combate à sonegação, a arrecadação dos três impostos estaduais ? ICMS, IPVA e ITCMD ? totalizou R\$ 34 bilhões, representando crescimento nominal de 5,11%. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 6 - Evolução das principais receitas públicas do RS (em R\$ milhões) - 2015-2017 e Tabela 7 - Evolução das principais rubricas da Receita Tributária do RS (em R\$ milhões) - 2015-2017.

Cabe mencionar que os excelentes resultados alcançados na arrecadação da Dívida Ativa durante o exercício de 2015 devem-se, no que diz respeito ao ICMS, ao lançamento do Programa REFAZ 2015 (Decreto 52.532, de 31 de agosto de 2015), para regularização de débitos de ICMS com vencimento até 31 de julho daquele ano, e, no que diz respeito ao ITCMD, à publicação do decreto que reativou o benefício de alíquota inferior para fatos geradores anteriores a 2010. Em 2016 e 2017, apesar do excepcional resultado referente ao IPVA, a arrecadação da Dívida Ativa decresceu. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 8 ? Recebimentos da Dívida Ativa (em R\$ milhões) - 2015-2017.

Dentre as receitas de transferência, destacam-se as cotas-partes em receitas da União, que são compostas por valores relacionados ao Fundo de Participação dos Estados, IPI?Exportação, CIDE?Combustíveis e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), representando mais de 1/4 das transferências recebidas. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 9 ? Evolução das principais rubricas da Receita de Transferência do RS (em R\$ milhões) ? 2015-2017. Observa-se, porém, que o maior valor recebido em transferência ? retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) ? representa aproximadamente 75% dos valores enviados pelo Estado ao referido fundo. Em 2017, as perdas foram de R\$ 1,4 bilhão. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 10 ? Fluxo Financeiro do FUNDEB (em R\$ milhões) - 2015-2017.

B.3. DESEMPENHO DA DESPESA

Em relação às despesas com Pessoal e Encargos Sociais, cabe destacar que, apesar da crise que o Estado vem atravessando e de todas as medidas de ajuste fiscal adotadas para seu enfrentamento, os aumentos concedidos em anos anteriores para servidores da área da segurança seguem sendo implementados pelo governo. Além disso, os outros poderes seguem a sua própria política de pessoal, assim como a Defensoria Pública do Estado. Isso explica o aumento na despesa com pessoal ter atingido 6,57% em 2016 e 10,04% em 2017, mesmo que o governo não tenha concedido aumentos salariais para as carreiras do Poder Executivo. Importante ressaltar que, desde 2016, o número de vínculos de inativos supera o de ativos. Essa situação evidencia ainda mais o problema do Estado em prover serviços públicos de qualidade com menor número de servidores e com um peso cada vez maior de inativos na folha de pagamentos.



Em 2016, o serviço da Dívida, que engloba os juros e encargos e a amortização, caiu 53,37% em relação a 2015. Quando comparado ao ano anterior, foram mais de R\$ 2 bilhões que deixaram de ser gastos em decorrência de decisão liminar do STF em abril, que suspendeu os pagamentos da Dívida junto ao Governo Federal. Essa suspensão foi ratificada pela LC 156/16, que garantiu mais seis meses de carência no pagamento do serviço da dívida, entre julho e dezembro de 2016, período no qual foram pagos apenas os valores que deixaram de ser quitados no período suspenso pela referida decisão liminar (abril a junho de 2016), resultando em um montante de aproximadamente R\$ 870 milhões, que foram parcelados em 24 vezes. Em 2017, permaneceram os efeitos da LC 156/16, com aproveitamento da carência parcial das parcelas até o mês de julho. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 11 ? Evolução das principais despesas públicas do RS, por Natureza de Despesa (em R\$ milhões) - 2015-2017.

Apesar da crise financeira, o Estado tem mantido o repasse mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) para a saúde, conforme prevê a Constituição Federal, tendo investido, entre 2015 e 2017, entre 1,51% e 1,48% do PIB estadual. Em relação à Educação, os valores investidos em 2017, cerca de 1,85% do PIB estadual, foram inferiores aos de 2015 e 2016, que atingiram, respectivamente, 2,16% e 1,95% do PIB estadual. Ainda assim, é superior ao mínimo constitucional (25% da RLIT). A segurança pública, por sua vez, apresentou, nos últimos anos, um crescimento nos investimentos em relação ao PIB estadual. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 12 ? Despesas das principais funções (em R\$ milhões) - 2015-2017.

B.4. AJUSTE FISCAL

Nos últimos três anos foram desencadeadas várias ações no âmbito da despesa pública, visando enfrentar seus pontos mais críticos, a saber:

a)Previdência, com a instituição do Regime de Previdência Complementar para os servidores que ingressarem no serviço público a partir de agosto de 2016 e a majoração da alíquota previdenciária de 13,25% para 14%, a partir de abril de 2017, para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas;

b)Dívida, com a obtenção de avanços importantes na renegociação da Dívida com a União, reduzindo a taxa de juros e alterando o indexador da dívida, bem como a suspensão temporária do pagamento das prestações mensais (economia de R\$ 2,3 bilhões somente em 2016);

c)Pessoal, com a exoneração de servidores celetistas de entidades integrantes da Administração Pública Indireta do Estado e, também, a limitação, no Orçamento de 2016, da despesa referente ao grupo pessoal e encargos sociais, em até 3% acima dos valores do Orçamento de 2015;

d)Despesas de Custeio em geral, com a ampliação do Programa de Qualidade do Gasto (PQG), que tem foco no aumento da eficiência do gasto público e combate ao desperdício, com meta de economia acumulada de R\$ 1 bilhão até o ano 2018, implementando ações para aumentar a produtividade dos serviços terceirizados e, também, reduzir os custos nos processos de compras, através da utilização da base de dados da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) como parâmetro de preços.

No âmbito da Receita, também foram tomadas muitas medidas com vista ao aumento da arrecadação, com excelentes resultados:

a)Entrou em operação o Big Data, um megassistema computadorizado que permite a análise e o cruzamento de informações sobre a movimentação das empresas e os eventuais casos de evasão fiscal;

b)O Refaz 2015 (Programa Especial de Quitação e Parcelamento) alcançou R\$ 600 milhões de arrecadação por parte das empresas que optaram por quitar suas dívidas de ICMS. Ao todo foram negociados R\$ 2,2 bilhões, abrangendo 110.324 débitos do imposto;

c)Nos últimos dois anos, a Receita Estadual deflagrou dezenas de operações especiais com enfoque no combate à sonegação e fraude estruturada, como nos setores de pescados, arroz, energéticos, autopeças, cerâmica, leite, entre outros;

d)A Secretaria da Fazenda (SEFAZ) encaminhou, em 2015 e 2016, um total de 701 representações fiscais junto ao Ministério Público, para recuperar R\$ 1,3 bilhão em sonegação fiscal de ICMS;

e)Também merece destaque o programa Nota Fiscal Gaúcha (NFG), que chegou a mais de 1,3 milhão de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o CPF na nota. Mais do que um sistema de premiações, a NFG apresenta-se como oportunidade e abertura para discussão de temas ligados à educação fiscal e ao controle social, além de despertar no cidadão a consciência, a solidariedade e a reflexão sobre a importância do tributo para a sociedade;

f)Criação do Fundo de Proteção e Amparo Social do Estado do Rio Grande do Sul (AMPARA/RS), alíquota adicional de 2% ao ICMS sobre produtos e serviços supérfluos, instituída com base no art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

g)Equalização, com outros estados, das alíquotas do ICMS nos exercícios de 2016 a 2018: alíquota básica de 17% para 18%; combustíveis, comunicação, energia elétrica de 25% para 30%; refrigerante de 18% para 20%; cerveja de 25% para 27%;



h) Modificação na legislação do IPVA, antecipando o prazo para pagamento do tributo para 30 de abril de cada ano, além de diminuir os percentuais de desconto para os motoristas que não cometeram infrações de trânsito nos exercícios anteriores;

i) Alteração das alíquotas do ITCMD, restabelecendo as alíquotas progressivas, em razão de acórdão favorável do STF;

j) Redução da inadimplência com o IPVA, através de barreiras específicas e inscrição em dívida ativa judicial. A cobrança da dívida ativa foi ampliada com a inclusão dos devedores no SERASA;

k) Maior automação, com revisão de processos de trabalho, aperfeiçoamento da legislação e programas de regularização espontânea no ITCMD;

l) Venda da folha do Poder Executivo e do Poder Judiciário ao Banrisul (ganho de R\$ 1,3 bilhão).

Além de todas as medidas elencadas acima, o Estado aprovou, de forma pioneira no país, a sua chamada Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (Lei Complementar nº 14.836, de 14 de janeiro de 2016), voltada para a responsabilidade da gestão fiscal, criando mecanismos prudenciais de controle com o objetivo de alcançar o equilíbrio financeiro das contas públicas.

C. PROJEÇÕES FISCAIS

As projeções foram realizadas com base em um cenário financeiro assumido pelo Tesouro do Estado, para utilização na elaboração das Leis Orçamentárias e, também, no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF).

Em relação à Dívida Consolidada, as projeções preveem a implantação do RRF, previsto na Lei Complementar Federal nº 159/2017, no qual o Estado terá carência especial no pagamento do serviço da dívida por 36 meses. Com isso, as prestações não pagas oneram o saldo devedor neste período. Por sua vez, pelo lado da Receita, em 2019 acaba o período de majoração das alíquotas do ICMS, o que justifica a previsão de crescimento quase nulo da Receita Corrente Líquida (RCL) em relação ao ano anterior. Por esses motivos, somente em 2020 é que se observa, de acordo com as projeções, a convergência na relação DCL/RCL para a meta de 200%, conforme estabelecido na Resolução 40-2001 do Senado Federal. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 13 ? Demonstrativo da Dívida Consolidada (em R\$ milhões) - 2016-2020.

Destaca-se, também, o aumento gradual do volume de investimentos a partir de 2018. Quando relacionado com o PIB do Estado, verifica-se o percentual médio de aplicação de 0,35% entre 2018 e 2020, superior ao ocorrido em 2017 (0,25%). No que se refere ao Custeio, o percentual médio é de 2,26% para o mesmo período, muito próximo do verificado em 2017 (2,38%), evidenciando os esforços do Governo do Estado para manutenção da máquina pública com medidas de racionalização e redução do gasto. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 14 - Indicadores Econômico-Fiscais e Projeções em relação ao PIB (em R\$ milhões) - 2016-2020; e Tabela 15 - Indicadores Econômico-Fiscais e Projeções em relação à RLIT (em R\$ milhões) - 2016-2020.

As necessidades de serviços públicos por parte da população são crescentes. Porém, as receitas são limitadas ou estreitas, sendo que as limitações decorrem do arcabouço legal, este com origem na capacidade contributiva da sociedade, e do conjunto de fatores econômico-financeiros que, independentemente de questões de ordem administrativa ou de vontade política, restringem a capacidade de investimento do Poder Público. Fica evidente, pelas projeções do PAF para os anos de 2018 a 2020, a necessidade de financiamento do Estado, não só devido aos déficits sucessivos de Resultado Nominal (Necessidade de Financiamento Bruta), mas, também, pelas crescentes amortizações devidas. Ver ANEXO TÉCNICO 1: Tabela 16 - Resultado Primário, Resultado Nominal e Necessidade de Financiamento na metodologia do PAF (em R\$ milhões) - 2017-2020. Neste sentido, o PROFISCO II, que tem por objetivo consolidar os avanços proporcionados pelo PROFISCO I na gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial dos estados, financiando ações para recuperação das receitas próprias, racionalização e melhoria da eficiência e qualidade dos gastos públicos, além do aperfeiçoamento da gestão fazendária e da transparência fiscal, assume fundamental importância no contexto de esforços do Governo do Estado em busca da sustentabilidade fiscal no longo prazo.

D. AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PROFISCO

Nos últimos anos, foram observados avanços na gestão fiscal estadual, financiados em grande parte com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. Alguns dos resultados alcançados são destacados a seguir:

a) Melhoria da sistemática de avaliação e retroalimentação das ações e atividades anuais relacionadas ao plano estratégico. Além do mapa estratégico da SEFAZ, foram elaborados os mapas estratégicos das três subsecretarias. O monitoramento da estratégia na SEFAZ está ocorrendo conforme o novo método;

b) Aumento da arrecadação do ICMS nos segmentos econômicos combustível, bebidas, perfumaria, máquinas e material elétrico e metal mecânico. A meta era atingir R\$ 6.548 milhões em 2016, tendo sido alcançada uma arrecadação de R\$ 10.597 milhões;



c)Melhoria no controle do cumprimento da obrigação tributária pelo comércio varejista. A meta era pelo menos 10% das empresas do comércio varejista controlada por meio da Nota Fiscal Gaúcha (aproximadamente 5.000 empresas). Em 2016, já haviam 207.001 empresas do comércio utilizando a Nota Fiscal Gaúcha;

d)Incremento do nível de arrecadação das receitas próprias do Estado devido a um melhor controle dos contribuintes. A meta era de que a arrecadação anual do ICMS de 2016 tivesse um incremento de 2,53%, em termos reais, sobre a arrecadação de 2008, tendo sido alcançados 26,92% (calculados pelo IGP-DI);

e)Maior eficácia da Cobrança Judicial. A meta de alcançar R\$ 114 milhões em 2016, vem sendo atingida desde 2013, quando o valor cobrado foi R\$ 246 milhões. Em 2016, este valor chegou a R\$ 341 milhões;

f)Aumento da transparência dos gastos do governo. A meta era atingir 500 acessos/dia em 2016, tendo sido alcançados 1.340 acessos/dia.

Destacam-se, também, os avanços alcançados em produtos do Projeto:

a)Implantação de um novo modelo de Planejamento, dos processos de trabalho e adequação das estruturas organizacionais da SEFAZ. O produto foi implantado com o objetivo de revisar e padronizar a metodologia de planejamento, a partir do processo existente, de forma construtiva e participativa, implantando melhorias na elaboração e acompanhamento da estratégia SEFAZ. O Ciclo de Planejamento Estratégico, que era anual, passou a ser de longo prazo. Alinhado ao planejamento estratégico foram mapeados 37 processos diferentes nas três Subsecretarias da SEFAZ e na Supervisão de Administração. Atualmente, 100% dos indicadores do plano estratégico são monitorados;

b)Implantação de Programa de intercâmbio interinstitucional de experiências e informações nos níveis nacional e internacional. A SEFAZ viabilizou a participação de seus servidores em uma série de eventos de compartilhamento de experiências com outros estados, em especial nos eventos dos grupos vinculados ao CONFAZ (GDFAZ, GEFIN, ENCAT, COGEF, CONACI, GEF) e seus respectivos grupos técnicos. Essa participação, aliada à realização de alguns eventos no Estado (Workshop de Gerenciamento de Projetos das Secretarias de Fazenda do Estado, 20ª reunião da COGEF, 6º Seminário de Orientação ao gestor Público, 9ª Reunião Técnica do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) e 52º Encontro do GDFAZ), propiciaram um maior entendimento da importância do compartilhamento de experiências e da consequente adoção de melhores práticas observadas em outras instituições. A partir desse entendimento e da verificação dos resultados que se poderia obter com os intercâmbios, tal prática passou a ser melhor aceita pela SEFAZ, o que levou, inclusive, à possibilidade de realização dos eventos e da participação nos encontros com a utilização de recursos próprios do Estado;

c)Aperfeiçoamento do modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias especialmente nos postos fiscais de grande porte. No âmbito deste produto foram desenvolvidos os seguintes sistemas: (i) Controle de Mercadorias em Trânsito (CMT), ferramenta utilizada por todos os Postos Fiscais e Turmas Volantes do Estado, que possibilita a análise prévia de risco e o direcionamento dos trabalhos de fiscalização do trânsito de mercadorias; (ii) Projeto de instalação de antenas de captura eletrônica de informações fiscais pela identificação do veículo transportador. Trata-se do Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico (MDF-e), através do Brasil-ID, que utiliza a tecnologia de rádio frequência (RFID). Já foram instaladas antenas em todos os seis postos de divisa em operação; e (iii) Sistema Operador Nacional dos Estados (ONE) que é um concentrador de informações referentes aos veículos transportadores, seja por chip de rádio frequência ou via OCR, GPS, etc. O sistema recebe a informação identificadora do veículo, e, na sequência, a distribui para as administrações tributárias dos estados interessados na operação. No RS, o ONE é integrado com o CMT: uma vez identificado o veículo, toma-se conhecimento dos documentos fiscais declarados para a operação, analisa-se o seu risco e definem-se os procedimentos a serem adotados no trânsito de mercadoria. Os seis Postos Fiscais de grande porte vêm sendo reformados para funcionarem como Centros de Fiscalização Integrada, envolvendo Agricultura do RS, Agricultura de SC (CIDASC), Polícia Militar e Receita Estadual. A partir destes locais, e utilizando a programação de fiscalização móvel das Turmas Volantes, são disparadas ações para cobrir os mais de quarenta postos de passagem sem fiscalização fixa, entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (que representam 1% do fluxo total). O Estado passou a agir de forma integrada, maximizando seus resultados e racionalizando os meios disponíveis;

d)Modernização da estrutura de comunicação da SEFAZ - INFOVIA. O produto tem como meta a substituição e ampliação do backbone de transmissão de dados no Estado, para atender a todas as repartições da SEFAZ, garantindo alta velocidade e uma rede de alta disponibilidade para repartições e Postos Fiscais. Estes benefícios estendem-se à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o que facilitará sobremaneira a integração com os sistemas da SEFAZ. Das setenta unidades previstas no projeto, 57 (81%) já contam com última milha lançada, 44 (62%) possuem infraestrutura de última milha e backbone, sendo que 37 (53%) já estão com link mínimo de 10Mbps disponibilizados e em operação;

e)Desenvolvimento e implantação de novo modelo de gestão integrada da Receita Estadual. No âmbito deste produto foi construído o Sistema Integrado da Receita Estadual (SIRE). A integração de sistemas teve como alicerce conceitual a Cadeia de Valor da Receita Estadual, a partir da qual foi construído o portal de serviços. Além disso, o Laboratório de Informática Forense foi equipado e foram consolidadas áreas de apoio para a Receita Estadual, tais como o Escritório de Projetos, de Processos, uma Assessoria de Comunicação e uma Identidade Visual;

f)Desenvolvimento e implantação de sistema de escrituração e documentação eletrônica. Foram realizados investimentos em Tecnologia da Informação (Data Center, Big Data, servidores, licenças de softwares, etc.) com supervisão e assessoria da Companhia de Processamento de Dados do Estado (PROCERGS), que possibilitou ampliar significativamente a gama de documentos eletrônicos (MDF-e, CT-e, entre outros), com destaque em particular para a NFC-e, que colocou as operações de varejo dentro do escopo do trabalho desenvolvido. Este investimento em infraestrutura possibilitou tornar o Estado uma autorizadora de documentos eletrônicos para diversas outras unidades da Federação;



g)Desenvolvimento e implantação do novo modelo de gerenciamento e controle do contencioso judicial e da consultoria jurídica. O produto foi desenvolvido com o objetivo de implantar novo modelo de gerenciamento e controle do contencioso judicial, com 100% de processos novos de execução fiscal disponibilizados em meio eletrônico, no âmbito da PGE, com a integração do seu sistema com o sistema do Poder Judiciário estadual, desenvolvimento de ferramentas para automação e agilização nas funções desempenhadas pela PGE no plano processual, administrativo e judicial, bem como implantação de novo modelo de disponibilização de trabalhos desenvolvidos pela consultoria jurídica. O projeto foi baseado em metodologias, padrões e ferramentas consolidados, considerando as melhores práticas do mercado. O modelo implantado buscou avançar em direção ao nível de excelência definido pela estratégia da PGE, potencializando eficiência dos processos, a eficácia das ações, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços e das atividades afins, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento de demandas repetitivas e à preparação para atuação no processo eletrônico administrativo e judicial;

h)Implantação do plano de formação continuada da PGE. O produto foi desenvolvido visando à implantação de um plano de formação adequado no âmbito da PGE com o objetivo de atualizar Procuradores do Estado e servidores. Os Planos de Capacitação, elaborados anualmente, levaram em conta as carências de capacitação identificadas pelos Coordenadores de cada Procuradoria Especializada e de cada Procuradoria Regional (interior do Estado) e, também, as capacitações estratégicas e demandas especiais do Gabinete da Instituição. Tendo em vista apoiar a capacitação planejada, a PGE adquiriu equipamentos de informática, sistemas de informação e material de apoio a fim de montar o centro de treinamento e o estúdio do Ensino à Distância da Instituição, bem como revitalizar o seu auditório, além de ter contratado consultoria especializada em Gestão por Competências. O trabalho de implementação da Gestão por Competências mapeou as lacunas de competência existentes entre Procuradores do Estado e servidores e as informações obtidas a partir desse mapeamento serão utilizadas como subsídio para que os Coordenadores de cada setor possam identificar com mais precisão suas necessidades de capacitação para o plano de formação continuada de Procuradores do Estado e servidores de 2018;

i)Desenvolvimento e implantação de nova sistemática de gestão de passivos. O projeto de evolução do sistema de gestão de débitos judiciais (Sistema de Precatórios - PRE) foi iniciado com a contratação de fábrica de software, responsável pelas melhorias a serem desenvolvidas, que foram divididas em duas fases: Sistema PRE2 e Sistema PRE3. O PRE2 abrangeu a integração entre a SEFAZ, PGE e Tribunal de Justiça (TJ), para o processamento e pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a fim de diminuir o retrabalho e eliminar uma série de etapas no processo. Trata-se de um módulo do Sistema PRE, que funciona na forma de fluxo, com início na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), passando pelo Cartório e PGE, até a expedição eletrônica pelo Magistrado, momento em que a RPV é disponibilizada para a SEFAZ, em tempo real. Até o final de 2013, foram concluídos os módulos da contadoria, cartórios e magistrados. Os módulos da PGE (procuradores e peritos) demandaram maior esforço, em razão de ajustes solicitados pelos servidores da PGE, e foram concluídos em 2014. Nesse ano, iniciou-se a expedição de RPVs eletrônicas, em duas Varas da Fazenda Pública de Porto Alegre. Já o chamado PRE3 envolveu a integração de sistemas da SEFAZ, PGE e TJ para o processamento e pagamento de precatórios. Em 2013, os precatórios do TJ começaram a ser importados no Sistema PRE, dispensando o cadastramento manual. Paralelamente, em 2013 foi entregue outra importante funcionalidade no Sistema PRE, permitindo o cadastramento automático dos sequestros judiciais. Antes disso, era necessária a digitação de dados de centenas de sequestros diários no Sistema PRE. Em 2015, iniciou-se a migração do Sistema PRE para o sistema Finanças Públicas do Estado (FPE), a fim de integrar ainda mais o processamento e pagamento de precatórios e RPVs com a execução da despesa do Estado;

j)Desenvolvimento e implantação do novo modelo da Programação Orçamentária. O novo modelo de gestão orçamentária e fiscal visou alcançar um nível de excelência na gestão orçamentária e fiscal do Estado, através dos seguintes eixos de ação: (i) desenvolvimento de modelos e estudos de avaliação de viabilidade e impacto de gastos públicos (investimento, custeio e pessoal); (ii) desenvolvimento de modelos de projeções econômicas e avaliações de impacto fiscal; (iii) estudo de parâmetros/preços referenciais para os contratos de serviços do Estado; (iv) redesenho do processo de gestão orçamentária e fiscal, de maneira a incluir a utilização das informações geradas no fluxo decisório de alocação de recursos; (v) capacitação dos servidores envolvidos na execução orçamentária, principalmente em finanças públicas e qualidade do gasto público. Para tanto, foram implantadas as seguintes ferramentas: (i) Gerenciamento Matricial da Despesa (GMD): metodologia que analisa as principais despesas dos órgãos do Estado, identificando oportunidades de racionalização e redução de gastos semelhantes; (ii) Cota Base Zero (CBZ): metodologia de racionalização e alinhamento estratégico de gastos públicos; (iii) Oficinas de Reeducação para o Gasto Público: espaço qualificado e potencializador de mudança de cultura em relação ao gasto público; (iv) Caderno de Serviços Terceirizados (SIST): ferramenta de suporte aos órgãos da administração estadual na contratação de serviços de empresas; (v) Reestruturação Organizacional e de Processos (ROP): objetiva auxiliar a acrescentar ganhos potenciais de redução de despesas, por meio da reestruturação organizacional e de processos; (vi) Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (M&A): objetiva avaliar as intervenções públicas, visando aumentar a efetividade da prestação de serviços; (vii) Painel de Gestão da Saúde: objetiva a melhoria na regulação e contratualização da rede hospitalar do Estado, a partir da sistematização de dados (produção e faturamento) dos hospitais, dos contratos firmados e financeiros do Estado; e (viii) Nota Fiscal Eletrônica como Parâmetro de Preços: foi desenvolvida tecnologia para cálculo e atualização permanente de informações de preços de mercado para referenciar as compras de bens pelo setor público, a partir da base de dados do Sistema de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e);



k)Desenvolvimento e implantação do Portal de Informações, criação de novos cubos DW e aplicação de modelos preditivos. A implantação do Portal de Informações foi viabilizada pela aquisição de licenças de software, treinamento, serviços técnicos de desenvolvimento de aplicativos, serviços de suporte técnico e atualização das versões dos aplicativos. Também foram adquiridos dois servidores de aplicação (hardware) para instalação e publicação do software. Atualmente, existem 340 usuários autorizados a utilizar o Portal de Informações (SEFAZ e diversas secretarias de estado, fundações, autarquias e outros poderes). O Portal de Informações está disponível na Internet, nas diferentes plataformas de acesso, sendo que mais de vinte aplicativos foram desenvolvidos até o presente momento, abrangendo as áreas de Execução Orçamentária, Recursos Humanos do Estado, Dívida Pública, Qualidade do Gasto, Planejamento de Tecnologia da Informação (TI) e Administração de Fluxo de Caixa. A estrutura do Portal de Informações foi arquitetada para possibilitar facilidade de uso e rapidez nas respostas da organização, proporcionando melhorias nos processos e consequente aumento da produtividade;

l)Aperfeiçoamento do Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE). O Projeto RHE proporcionou para a Administração do Estado do Rio Grande do Sul a disponibilização de uma ferramenta de gestão de recursos humanos moderna, consistente e adequada ao seu tempo, integrando as informações pertinentes às funções gerenciais de pessoal, com uma abordagem voltada ao planejamento e controle e repercussões automáticas nos processos de folha de pagamento. Paralelamente, agregou modernização e transparência à prestação dos serviços públicos, acrescentando flexibilidade à redefinição de procedimentos administrativos e contribuindo para a melhoria da qualidade e da produtividade. As informações dos Pensionistas do Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) foram migradas em 2015, as dos servidores do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) em 2016 e as do IPERGS Funcionários em 2017. Para 2018, está planejada a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), que é o último órgão da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul que resta a implantar;

m)Implantação de novos módulos e funcionalidades no Sistema FPE. O Módulo Painel de Gestão da Despesa (PGD) foi desenvolvido pelo Tesouro do Estado para viabilizar a sistemática de gerenciamento das grandes despesas dos diversos órgãos do Estado, sob a ótica de um processo de gerenciamento matricial. O módulo PGD permite a gestão sistemática do gasto nos níveis onde ocorre a execução do orçamento. Entrega ao gestor da ponta (diretores de escolas, diretores de presídios, etc.) informações de faturas que antes ficavam centralizadas no órgão . O módulo PGD qualifica a informação e auxilia o gestor na tomada de decisões, na medida que indica onde encontram-se as maiores oportunidades. Entre os resultados alcançados, pode-se mencionar a identificação de oportunidade de redução de despesas em R\$ 20 milhões na Secretaria da Educação (SEDUC) e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e um projeto-piloto na rubrica de telefonia fixa, que resultou em uma redução de 28% da despesa na SEDUC;

n)Implantação do Escritório de Projetos no Tesouro do Estado. A implantação dos Escritórios de Projetos do Tesouro do Estado, da Receita Estadual e da CAGE foi desenvolvida com os seguintes objetivos: (i) aumentar a percentagem de conclusão dos projetos, no prazo e custo planejados; (ii) melhorar a gestão das carteiras; (iii) garantir a efetividade dos projetos, através da adoção e padronização de práticas de gestão; (iv) maximizar a alocação de recursos, alinhando o portfólio de projetos aos objetivos estratégicos das áreas e da SEFAZ; (v) garantir o monitoramento e a melhoria contínua dos resultados e práticas de gestão de projetos; e (vi) difundir e consolidar a cultura de gerenciamento de projetos, através de uma trilha específica de capacitação e certificação. Entre os maiores benefícios da implantação da metodologia de gerenciamento de projetos no Tesouro do Estado, pode-se destacar: (i) priorização de projetos do portfólio, levando-se em conta diversos aspectos; (ii) alinhamento entre o Plano Estratégico da Subsecretaria e o seu portfólio; (iii) redução do portfólio, adequando o seu tamanho à estrutura funcional do Escritório; (iv) implementação da metodologia de planejamento dos ciclos; (v) padronização de ferramentas utilizadas pelos gerentes; (vi) melhoria da comunicação entre o Escritório e as equipes de projeto e um maior engajamento dos servidores que não estão habituados a gerenciar projetos; e (vii) maior adesão dos servidores no sentido de incorporar essas melhores práticas às suas atividades;

o)Implantação de nova sistemática de gestão patrimonial e de contratos. O sistema Administração do Patrimônio do Estado (APE) foi elaborado pela CAGE para ser utilizado por todo o Estado. Foram realizados investimentos na aquisição de leitores e etiquetas de Rádio Frequência (RFID), para o controle e gestão patrimonial, que proporcionam mais rapidez e agilidade na realização do inventário. Atualmente, 100% dos relatórios de bens patrimoniais estão em conformidade;

p)Centralização e adequação às regras do CONARQ da guarda dos arquivos físicos e digital da SEFAZ. Atualmente, a guarda de arquivo ainda é realizada em dois locais (eram quatro na linha de base). Estão sendo feitas as devidas adequações para que o arquivo geral da SEFAZ possa ser instalado em um único imóvel próprio do Estado e próximo ao prédio-sede. A unificação dos locais de arquivo gerou economia direta com despesas de vigilância e de condomínio. Além disso, houve economias relacionadas a transporte e um ganho operacional na organização e gestão dos arquivos;

q)Implantação do plano de segurança institucional. Os objetivos deste produto são: (i) prover a segurança das pessoas que trabalham, visitam e circulam nas instalações da SEFAZ; (ii) estabelecer mecanismos de controle para garantir preventivamente a Segurança Patrimonial da SEFAZ; e (iii) garantir a normalidade do funcionamento da SEFAZ em situações de rotina, enfrentando, solucionando e administrando os problemas que poderão surgir em emergências ou crises. Foi contratada uma consultoria para elaborar o Plano de Segurança Institucional. A etapa seguinte consiste na implementação das ações definidas pelo Plano de Segurança;

r)Melhoria do espaço físico para o atendimento dos servidores e contribuintes. Este produto consiste na melhoria de vários espaços das diversas sedes da SEFAZ. Entre as melhorias executadas, destacam-se: (i) projeto e execução de melhorias no Posto Fiscal de Torres; (ii) climatização do prédio da Siqueira Campos; (iv) instalação de elevador na agência da Receita Estadual em Montenegro, adaptado a pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE); (v) reforma dos banheiros do prédio da Siqueira Campos ? PNE; (vi) estudo de revitalização do pátio interno e remodelação das calçadas; e (vii) reforma da Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC);



s) Implantação do Processo Administrativo Eletrônico. O projeto foi coordenado pela Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) e pela Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e a SEFAZ participou como membro do Comitê de Implantação. O desenvolvimento do Sistema PROA foi realizado pela PROCERGS e sua manutenção é paga com recursos do Fundo de Modernização e Reparelhamento da SEFAZ (FUNSEFAZ). Atualmente, 99% dos processos que transitam pela SEFAZ são por via eletrônica;

t) Implantação de novo modelo de auditoria baseada na análise de riscos. Em 2010, a CAGE adquiriu metodologia sobre Gestão de Riscos e contratou o desenvolvimento do sistema de Gestão Corporativa WebCAGE, que permitiria ao órgão reunir condições de implementar projeto para obter informações sobre processos de trabalho e gerar uma matriz de riscos com o objetivo de enriquecer os trabalhos de auditoria (planejamento, execução, documentação, etc.). Entretanto, a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema WebCAGE não realizou as entregas esperadas, ocasionando o cancelamento do contrato e consequente litígio. No desenho do PROFISCO, o desenvolvimento do sistema WebCAGE ainda estava em andamento e, portanto, foi incluída a meta de implantá-lo em vinte órgãos da administração pública estadual. Pelos motivos expostos, o desenvolvimento do sistema não foi concluído e a meta do PROFISCO teve que ser readequada. Entre 2014 e 2015, foram atualizadas as licenças do sistema Automation Audit Facilities (AAF), que já está homologado pela CAGE e sendo utilizado para os trabalhos de auditoria na administração indireta. Apesar de não ser um sistema tão robusto como o WebCAGE, ele também permite a implantação de modelos de auditoria baseada na análise de riscos, visto que permite ao auditado interagir com a CAGE via sistema (fornecimento de informações, recebimento de demandas, etc.), bem como permite a análise das auditorias em tempo real, com o fornecimento de relatórios e dashboards. Contudo, a implantação desse sistema não contempla o mapeamento prévio de processos, como era previsto na implantação do WebCAGE, e está adstrito somente à Administração Indireta. Portanto, é um projeto para aprimorar as atividades de auditoria, mas não contempla todo o Estado, tampouco o mapeamento de seus processos. Nesse sentido, a nova meta passou a ser o número de auditorias realizadas na administração indireta por meio do sistema AAF. Em 2015, foram realizadas 26 auditorias, 37 em 2016 e 36 até o mês de outubro de 2017;

u) Implantação do novo padrão de contabilidade. A efetiva implantação do sistema APE deu-se a partir de julho de 2016, quando se definiu o cronograma e escolheram-se os órgãos para o projeto-piloto, sendo eleitos para tal finalidade a Casa Militar e a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE). Antes do desenvolvimento do APE, foi necessário realizar a integração com os diversos módulos do sistema FPE, além de customizações para a adaptação das especificidades dos diversos órgãos e entidades. Esses procedimentos e melhorias foram desenvolvidos, testados e homologados pela equipe de trabalho até julho de 2016 e antecederam à implantação do sistema. Uma vez validada a implantação, deu-se sequência ao cronograma aprovado, no qual, até outubro de 2017, já foram migrados para o APE quatorze órgãos, dos quais a metade utilizava o antigo sistema de Patrimônio (PAT) e a outra metade mantinha controles diversos. O prazo para finalizar a implantação é março de 2018. Os demais poderes e órgãos autônomos (Tribunal de Contas do Estado, PGE e Defensoria Pública do Estado), mantiveram confirmação de adesão ao sistema, desde que atendidas algumas especificações por meio de melhorias. Já a Assembleia Legislativa e o Ministério Público acenaram positivamente. No entanto, não confirmaram a adesão até o momento. O sistema também será apresentado ao TJ, que demonstrou interesse em conhecer o projeto, sendo provável sua adesão;

v) Desenvolvimento e implantação de sistemática de contabilidade de custos. O sistema CUSTOS/RS foi implantado em 51 órgãos do Poder Executivo além da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas do Estado, totalizando 12.000 centros de custos cadastrados até novembro de 2017. A CAGE concebeu e implementou a Estrutura Hierárquica de Centro de Custos (EHCC) no FPE. Estão integrados ao CUSTOS/RS: (i) Sistema de Materiais de Almoxarifado (SAM); (ii) Locações de Imóveis; (iii) Integração Estado Fornecedor (IEF); (iv) Contrato de Serviços de Terceiros; e (v) RHE. Estas integrações permitem a captura e alocação de despesas com consumo de materiais, locações de bens imóveis, água, luz, serviços contínuos de limpeza, segurança e serviços gerais e a folha de pagamento;

w) Implantação da Unidade de Inteligência com Análise Preditiva do Uso dos Recursos Públicos. A implantação da unidade surgiu da necessidade de apoiar o processo de auditoria e fiscalização dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, por meio da gestão de informações estratégicas e da implantação de modelos preditivos de análise da gestão e dos gastos públicos. Nesse sentido, foi adquirido o sistema i2 da IBM, com capacidade de coletar, integrar, analisar, visualizar e distribuir informações aos auditores, através de recursos de análise de inteligência flexíveis para identificar e avaliar rapidamente riscos, prevenindo, dessa forma, possíveis fraudes na gestão pública;

x) Implantação de mecanismos para melhoria da Gestão Pública. Este produto consiste na criação de um ambiente virtual para disponibilizar informações gerenciais aos gestores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, em assuntos dentro do âmbito de atuação da CAGE, utilizando tecnologias de Data Analytics e Business Intelligence (Inteligência de Negócios). O produto final é um portal (CAGE Gerencial), o qual será acessado pelos gestores públicos através de um endereço na Web. O portal será dividido em áreas/temas, e cada tema conterá painéis com objetos gráficos que demonstrem um panorama daquele tema no Estado ou em um determinado órgão/entidade. O Portal está sendo desenvolvido por meio da aquisição da tecnologia Qlick. Tendo em vista a demanda prioritária do desenvolvimento do Portal da Transparência, o CAGE Gerencial sofreu um pequeno atraso, devendo ser concluído até março de 2018;

y) Disponibilização de novas funcionalidades no Portal da Transparência. O novo Portal da Transparência foi desenvolvido por meio da aquisição da ferramenta Qlick e com o apoio de consultoria, que elaborou projeto tendo por referência os portais mais modernos do Brasil e do exterior. O Portal está pronto desde agosto de 2017, e a SEFAZ aguarda agenda com o Governador para o lançamento oficial do novo site. O novo Portal permitirá que o cidadão tenha acesso às finanças públicas, utilizando todos os filtros possíveis que as bases de dados do sistema FPE dispõem, de forma flexível. Isso é um avanço em relação ao portal atual, que também disponibiliza o acesso às finanças públicas de forma completa, mas sem tantas opções de filtros. Portanto, será possível acessar dados da execução orçamentária com detalhamento e opções de filtros avançados que superam o padrão atual de transparência ativa do Estado;



z) Implantação de plano de alinhamento estratégico e de investimento de médio prazo. O projeto tem como produto o desenvolvimento e a implantação de modelo de governança de TI para a SEFAZ, objetivando o controle da função da TI dentro da instituição, com as definições de liderança, estruturas organizacionais e processos, os quais deverão dar suporte para que a TI sustente, aprimore e estenda o alcance das estratégias de negócio da SEFAZ, bem como seus objetivos, com o intuito de alinhar os investimentos realizados em TI às estratégias corporativas. Até novembro de 2017, foi realizado um diagnóstico da situação atual dos recursos de TI da SEFAZ e elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). A primeira versão do Plano foi aprovada, e o projeto encontra-se na fase de implementação e desdobramento de ações. Um dos principais subprodutos do PDTI, o Plano de Investimentos em TI, será elaborado ao longo dessa fase de implementação;

aa) Elaboração e implantação de política de segurança de Tecnologia da Informação, contemplando a implantação do Data Center. Até novembro de 2017, foi implantado um Data Center com sala-cofre no prédio da SEFAZ (Site 1). O Data Center da PROCERGS (Site 2) foi modernizado e foram implantadas políticas de segurança. As novas políticas para o Site 1 encontram-se em fase de revisão e elaboração;

bb) Desenvolvimento e implantação de política de gestão por competências. Uma das principais ações realizadas até o momento foi antecipar a solução de TI. Os requisitos de sistema foram definidos logo que o modelo de gestão por competências foi decidido. Outra iniciativa importante tem sido a da comunicação institucional permanente, para que a totalidade dos servidores saiba minimamente do que se trata o projeto, seus benefícios não só para a instituição, mas para seu próprio desenvolvimento institucional. No decorrer do diagnóstico e definição do modelo a ser implantado, ficou evidente que deverá ser planejado um programa de desenvolvimento de lideranças com o foco na preparação dos gestores no quesito feedback. Nesse sentido, foram introduzidos no processo a figura dos multiplicadores, servidores representando as áreas e setores da SEFAZ com características de bom relacionamento interpessoal. Os multiplicadores são peças-chave para que se consiga a capilarização das informações, tanto na captação das informações sobre as atividades desenvolvidas pelos servidores, como no sentido de mantê-los municiados do andamento do projeto;

cc) Implantação de plano de formação continuada contemplando a matriz de competências. A meta era ter 600 servidores capacitados de acordo com o Plano de Formação Continuada. De 2013 a 2017, um total de 3.515 servidores haviam sido capacitados de acordo com o Plano de Formação Continuada. O Plano de Capacitação elenca as atividades de caráter educacional e motivacional. Na ausência de uma matriz de competências, o plano é baseado nas necessidades identificadas por cada uma das áreas da SEFAZ. Este plano foi construído a partir de debates, reuniões e encontros com representantes da Receita Estadual, do Tesouro do Estado, da CAGE, da Supervisão de Desenvolvimento Organizacional e Qualidade (SUDESQ), da Supervisão de Tecnologia da Informação (STI), da Supervisão de Administração (SUPAD) e do Gabinete do Secretário da Fazenda, participantes do Grupo de Trabalho Capacitação e Desenvolvimento, coordenados pela Escola Fazendária da SEFAZ. O Plano de Capacitação contém os cursos, seminários, congressos, workshops, encontros, palestras, cursos de extensão e pós-graduação e demais eventos afins.

E. DIAGNÓSTICO

Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO, ainda é preciso fortalecer a gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS), os dirigentes e técnicos estaduais identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

E.1. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

a) Observa-se, no âmbito da governança pública, que as estratégias da SEFAZ podem alcançar uma maior efetividade. Alguns dos problemas identificados para o não alcance foram: (i) planejamento das unidades organizacionais ainda não contempla a participação e o engajamento de todo o corpo funcional; (ii) necessidade de modernização da ferramenta de gestão de planejamento estratégico, tornando-a mais proativa e permitindo o pleno monitoramento e intervenção nos resultados dos projetos ao longo da execução de suas etapas; (iii) inexistência de uma metodologia implantada para gestão de riscos; e (iv) inexistência de um modelo de gestão da qualidade dos produtos e serviços da gestão fazendária. Também pode-se melhorar os processos de comunicação interna no que se refere à troca de informações, à tramitação de documentos, ao acompanhamento de projetos e processos e à transparência da gestão;

b) Entende-se que a instituição tem capacidade para atingir maiores resultados. Para tanto, determinadas questões precisam ser tratadas, tais como: (i) aprimorar a gestão de indicadores nos processos da SEFAZ e o método de acompanhamento das metas e resultados obtidos; (ii) evitar direcionamentos de recursos para ações que geram poucos resultados; (iii) alinhar melhor a estrutura organizacional à estratégia da gestão fazendária; (iv) implementar ferramentas tecnológicas para a gestão de resultados; e (v) aperfeiçoar a metodologia de priorização e acompanhamento de projetos;

c) A gestão de pessoas pode ser melhor alinhada com a estratégia organizacional. Consta-se que: (i) o modelo de gestão organizacional segue princípios tradicionais e a estrutura é hierarquizada; (ii) os servidores possuem potencial para um maior desempenho; (iii) as competências em relação aos processos de trabalho não estão mapeadas; e (iv) o plano de capacitação da SEFAZ não é composto com base na metodologia de trilhas de capacitação. No que se refere à gestão do conhecimento, a SEFAZ necessita desenvolver um modelo estruturado que permita o melhor acesso ao conhecimento produzido na instituição, a retenção deste conhecimento e o estímulo à sua construção;



d)O ambiente tecnológico apresenta certo risco de indisponibilidade de serviços de TI, devido: (i) à inexistência de um plano de continuidade de negócios; (ii) à infraestrutura de rede e de segurança ser insuficiente em algumas unidades organizacionais, com equipamentos de processamento e armazenamento de dados em final de vida útil. No que se refere aos sistemas informatizados, existe um legado de sistemas corporativos importantes desenvolvidos em alta plataforma, apresentando dificuldade de suporte e manutenção. Os projetos de TI são gerenciados sem o uso de uma apropriada metodologia de gestão de projetos, consequentemente os processos de gestão dos serviços apresentam deficiência no acompanhamento. A SEFAZ não dispõe de uma metodologia de gestão de riscos de TI e apresenta deficiência no processo de gestão dos seus contratos. Por fim, o ambiente de autorização de documentos fiscais eletrônicos requer alta disponibilidade e atualização constante de capacidade e segurança;

e)Uma série de deficiências de infraestrutura influenciam no custo e na qualidade dos serviços fazendários prestados. Dentre elas, destacam-se: (i) unidades organizacionais da Receita Estadual no interior do Estado com estrutura precária para atendimento aos contribuintes, acessibilidade restrita e instalações inadequadas para integração com as tecnologias atuais; (ii) infraestruturas elétrica e de climatização do prédio-sede (Mauá) defasadas; (iii) vias de acessos dos veículos de carga aos postos fiscais do Estado deteriorados (pátio de carga/descarga e estacionamento); (iv) sistema de segurança do prédio-sede muito aquém do necessário; e (v) frota de veículos destinados às atividades finalísticas da SEFAZ envelhecida. Parte destas deficiências levam à necessidade de alugar imóveis para sediar as unidades organizacionais e acarretam, inclusive, ações judiciais movidas pelo Ministério Público, em decorrência da precariedade das condições dos ambientes de trabalho. Outro ponto que acarreta em custos e compromete a qualidade dos serviços é o deficiente modelo de gestão de aquisições, contratos e logística;

f)O nível de comunicação com a sociedade ainda é tímido no que diz respeito à transparência e cidadania fiscal, devendo-se principalmente: (i) ao baixo investimento em canais de divulgação do Programa de Educação Fiscal (PEF); (ii) à baixa adesão dos municípios à lei que regulamenta o PEF (40%); (iii) à pouca disponibilidade de informação da evolução da educação fiscal no Estado; (iv) a processos de comunicação institucional insuficientes; (v) a limitações legais para divulgar informações; e (vi) à falta de divulgação de informações relevantes para o controle social.

E.2. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

a)A gestão tributária apresenta alto custo para o contribuinte do ICMS, tanto em relação ao cumprimento das obrigações tributárias quanto em relação à fiscalização. O Regulamento do ICMS foi editado em 1997 e, ao longo do tempo, foi assumindo uma forma complexa de difícil utilização pelos contribuintes e pelo próprio Fisco. Também contribui para o alto custo da gestão tributária, a insuficiência de estudos econômicos destinados à avaliação das políticas tributárias do Estado, bem como a falta de uma maior articulação entre os órgãos estaduais envolvidos na definição dessas políticas. No que se refere ao Cadastro e Obrigação Tributária, constatou-se um elevado custo de conformidade decorrente da quantidade de obrigações acessórias a serem cumpridas pelos contribuintes. Nesse sentido, observa-se que a legislação tributária impõe, no mínimo, três obrigações acessórias aos contribuintes, além de regras de negócio complexas. E, como já dito anteriormente, remanescem importantes sistemas informatizados desenvolvidos em alta plataforma, dificultando a implantação de novas funcionalidades e integrações;

b)As atividades de fiscalização e inteligência fiscal podem alcançar resultados mais eficientes atuando nos seguintes pontos: (i) gerar valor a partir da análise dos grandes volumes de dados e informações à disposição da administração tributária; (ii) aumentar a capacidade de captar informações disponíveis na Internet e redes sociais; (iii) elevar o nível de capacitação da instituição para análises estatísticas e cognitivas; e (iv) aprimorar os processos de seleção para ação fiscal (inclusive o trânsito de mercadorias) e cobrança;

c)O Contencioso Fiscal apresenta baixa recuperação dos créditos tributários e não tributários em relação ao estoque total. Contudo, algumas ações podem contribuir para o seu incremento, tais como: (i) mapear e desenhar todos os processos de trabalho envolvidos; (ii) integrar as informações a outros processos de trabalho; (iii) gerar maior visibilidade para a instituição e o contribuinte, evoluindo o sistema informatizado do contencioso para um nível corporativo; (iv) implantar o e-processo por completo; (v) consolidar e sistematizar as informações sobre a jurisprudência administrativa e judicial; (vi) aumentar a integração entre os órgãos administrativos e judiciais; (vii) implantar uma sistemática de gestão de riscos sobre o contencioso (administrativo e judicial) e os passivos contingentes do Estado; e (viii) modernizar a infraestrutura física, tecnológica e de comunicação da PGE;

d)Os serviços presenciais ao contribuinte também apresentam alto custo, haja vista o número de pessoas envolvidas no atendimento presencial, bem como o número de unidades de atendimento em funcionamento. A melhoria do atendimento virtual, com a utilização de soluções tecnológicas e o aumento do controle do gerenciamento do conteúdo e serviços do site, podem contribuir para a diminuição desse custo;

e)Os processos de cobrança e de arrecadação podem ter uma maior efetividade tomando-se as seguintes ações: (i) aumento dos investimentos em fiscalização e em cobrança de devedores; (ii) integrar mais as atividades de fiscalização e lançamento com o processo de cobrança; (iii) diminuir a quantidade de auditores envolvidos com as atividades-meio da cobrança; (iv) aprimorar o procedimento de seleção de devedores na definição das carteiras de cobrança; e (v) centralizar o cálculo do IPVA no sistema da Receita Estadual, evitando que tenha que ser recriado por cada agente financeiro.

E.3. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO



a)A SEFAZ necessita continuar o aprimoramento dos processos de elaboração do planejamento, de execução orçamentária e financeira e de gestão de pessoas e folhas de pagamento. Para isso, é preciso atuar nas seguintes questões: (i) atualizar tecnologicamente os sistemas FPE e RHE para o atendimento de novas demandas; (ii) implementar um modelo de gestão do conhecimento abrangente para as áreas de gestão orçamentária, financeira e de pessoas e folhas de pagamento; (iii) melhorar o nível de documentação dos processos da gestão orçamentária e financeira, bem como de pessoas e folhas de pagamento; (iv) consolidar as informações nos sistemas FPE e RHE, evitando o uso de planilhas Excel; (v) aprimorar o fluxo de informações da gestão orçamentária para a gestão financeira; (vi) elaborar o fluxo de caixa em sistema de informações próprio; e (vii) colocar o sistema RHE na Web;

b)A gestão de ativos e passivos também necessita ser tratada em determinadas questões, tais como: (i) a ampliação dos passivos contingentes face à situação financeira do Estado; (ii) o desconhecimento de possíveis passivos contingentes de outros órgãos e entidades do Estado; e (iii) a falta de metodologia e de sistemática para a gestão de riscos fiscais;

c)A atual contabilidade ainda não reflete a situação patrimonial do Estado, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), devido: (i) à necessidade de maior integração de sistemas auxiliares com a contabilidade (Sistema de Administração de Materiais, Sistema de Gestão do Crédito, RHE, e outros ainda a desenvolver, tais como, Receitas não Tributárias a Receber e Bens de Infraestrutura); (ii) à necessidade de atualização tecnológica das soluções existentes para integração de sistemas; (iii) a um melhor acompanhamento dos processos por parte dos sistemas de informação e normativos; e (iv) ao modelo de gestão adotado ter como foco a execução orçamentária, que se sobrepõe à contabilidade patrimonial;

d)Com relação à Dívida Pública, o seu custo operacional pode ser diminuído com as seguintes ações: (i) aprimoramento das ferramentas de suporte; (ii) melhoria do processo de consolidação das informações; (iii) implementação de um modelo fiscal de médio prazo; (iv) integração maior com a gestão orçamentária e financeira; e (v) aumento do nível de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade do gasto público;

e)No que se refere ao Custo Público, constatou-se a dificuldade de apurar o custo da gestão estadual para subsidiar o processo, devido: (i) à necessidade de atualização do sistema FPE DW para geração de relatórios; (ii) à necessidade da gestão de custos dispor de informações mais qualificadas para o processo decisório; (iii) à gestão estadual ter como base o fluxo de caixa e não a gestão contábil-patrimonial; (iv) às dificuldades da PROCERGS em atender as demandas em tempo hábil; e (v) à necessidade de um maior conhecimento dos gestores sobre gestão de custos.

f)Com relação ao Gasto Público, observa-se ineficiência e má gestão, devido: (i) à baixa capacidade instalada dos órgãos para gestão do gasto, convertendo-o em prestação de serviços; (ii) aos principais serviços do Estado não estarem com os seus processos otimizados; (iii) à falta de modelos e simuladores que possam embasar de forma sistemática e objetiva as decisões na área de política fiscal; e (iv) a estudos insuficientes para subsidiar as políticas fiscais.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

1.2.MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos, a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados (MPS&R), selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

A.GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Produto 1. Programa de Governança Institucional implantada

Visando aperfeiçoar a governança institucional da gestão fazendária, será necessário desenvolver as seguintes atividades: (a) consolidar a sistemática de gestão estratégica, contemplando: planejamento, projetos, processos e gestão de riscos; (b) aprimorar o programa de comunicação interna, contemplando: reformulação dos portais internos, aperfeiçoamento dos canais de comunicação e criação de redes sociais internas; (c) implantar modelo de excelência de gestão.

Produto 2. Gestão para Resultados implantada

Dentro da estratégia de aperfeiçoamento da gestão fazendária, este produto deverá contemplar a implantação de uma nova sistemática de acompanhamento de resultados da SEFAZ.

Produto 3. Novo modelo de Gestão de Pessoas e de Mudança Organizacional implementado



Este produto contempla: (a) implantação da gestão do clima organizacional; (b) aprimoramento do programa de qualidade de vida; (c) implantação do programa de desenvolvimento de servidores, com base na gestão por competências, incluindo: construção de objetos de aprendizagem, plano de capacitação anual, sistemática de formação de instrutores e curadores de competência internos, banco de talentos integrado à gestão por competências e diretrizes para seleção de pessoal; e (d) implantação do programa de gestão do conhecimento e da inovação, incluindo mentoria e programa de estímulo à inovação.

Produto 4. Gestão da Tecnologia da Informação modernizada

Apesar de todos os avanços nesta área, faz-se necessário: (a) implementar a Governança de TI, contemplando diretrizes corporativas e departamentais; (b) implantar o Escritório de Projetos de TI, contemplando metodologia, processos e sistemas de apoio; (c) atualizar os sistemas departamentais; (d) implementar a gestão de serviços de TI, contemplando metodologia e serviço técnico especializado; (e) implementação dos processos de TI redesenhados; (f) modernização da infraestrutura de ativos de TI da SEFAZ, contemplando rede de dados, VOIP/videoconferência, segurança de TI, armazenamento e recuperação de dados, servidores, licenciamento de software, parque de estações, virtualização e data centers; (g) ampliação do ambiente de autorização de DF-e (site 3); e (h) ampliação da plataforma de BI e Analytics.

Produto 5. Gestão de Aquisições e Materiais

Visando melhorar a gestão das aquisições e a distribuição de materiais para otimizar os usos dos recursos de forma mais eficiente, serão desenvolvidas as seguintes atividades: (a) adequação das unidades operacionais da SEFAZ; (b) execução do plano de segurança institucional; (c) adequação da infraestrutura operacional de serviços fazendários, contemplando a renovação da frota de veículos institucionais e de fiscalização; e (d) implementação do novo modelo de gestão de aquisições, contratos e logística.

Produto 6. Novas soluções de Transparência e Cidadania Fiscal implementadas

Visando uma maior aproximação com a sociedade, serão desenvolvidas neste produto as seguintes atividades: (a) implantação do novo programa de educação fiscal, contemplando tutoria e cursos EAD, produção de material pedagógico e mídias digitais, desenvolvimento de campanhas de marketing e merchandising e sistemática de gestão (metodologia, processo, TI e gestão do conhecimento); e (b) relações institucionais da gestão fiscal estruturadas.

B.ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Produto 7. Políticas e Gastos Tributários

Definir, implantar, monitorar e avaliar as políticas públicas tributárias faz parte do processo de aperfeiçoamento da gestão fazendária e da melhoria da relação com o contribuinte. Para tanto, serão desenvolvidas as seguintes atividades: (a) simplificação do cumprimento da obrigação tributária principal; (b) realização de estudos econômicos para assessoramento técnico da política tributária; e (c) implantação do modelo de gestão do gasto tributário.

Produto 8. Cadastro e Obrigação Tributária

Para aperfeiçoamento do Cadastro e das Obrigações Tributárias, faz-se necessário: (a) apuração automática do tributo disponibilizado ao contribuinte; e (b) migração de sistemas mainframe para a baixa plataforma.

Produto 9. Fiscalização e Inteligência Fiscal aperfeiçoada

Visando gerar valor a partir dos grandes volumes de dados à disposição da administração tributária, este produto contempla as seguintes atividades: (a) implantação do bureau de serviços especializados de fiscalização e de inteligência; (b) reestruturação organizacional, processual e física da fiscalização e da cobrança; e (c) reestruturação da pesquisa e investigação da fraude estruturada e de recuperação de ativos.

Produto 10. Contencioso Fiscal reestruturado

Considerando a baixa recuperação dos créditos tributários e não tributários, será necessário desenvolver as seguintes atividades para melhorar este processo: (a) reestruturação do contencioso administrativo, contemplando redesenho dos processos, solução de tecnologia de gestão e programa de capacitação; (b) implantação da sistemática de recuperação de ativos e gestão de riscos dos passivos contingentes e da judicialização; (c) reestruturação dos processos organizacionais, infraestrutura e soluções de Tecnologia da Informação da PGE; e (d) implantação do programa de desenvolvimento de Gestão de Pessoas e de Comunicação Institucional da PGE.

Produto 11. Serviços ao Contribuinte



Sendo o atendimento virtual uma tendência na prestação dos serviços públicos, é de fundamental importância modernizar cada vez mais o atendimento ao contribuinte, por meio da web e com serviços virtuais conclusivos, para minimizar o alto custo do atendimento presencial. Para tanto, serão desenvolvidas as seguintes atividades: (a) reestruturação do autoatendimento, contemplando redesenho dos processos e serviços, redefinição dos canais de autoatendimento e capacitação; e (b) migração do sistema de operação do ITCD para nova tecnologia.

Produto 12. Cobrança e Arrecadação reestruturada

Para melhor gestão da cobrança e da arrecadação e com o objetivo de aumentar a efetividade destes processos, serão desenvolvidas as seguintes atividades: (a) reestruturação da cobrança, contemplando redesenho de processos, novas ferramentas de TI e capacitação; e (b) reestruturação do modelo de arrecadação, tornando-o automatizado.

C.ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Produto 13. Planejamento, Execução Orçamentária e Financeira e Gestão de Pessoas modernizada

Visando minimizar as deficiências na elaboração do planejamento e, também, nos processos de execução orçamentária e financeira e de gestão de pessoas e folhas de pagamento, serão desenvolvidas as seguintes atividades: (a) atualização do sistema de gestão das finanças públicas do Estado; e (b) atualização do sistema de gestão de pessoas e folhas de pagamento.

Produto 14. Gestão de Ativos e Passivos

Visando melhorar a gestão da dívida pública, por inexistência de uma sistemática de gestão de passivos contingentes, será desenvolvida e implantada uma metodologia de gestão de riscos fiscais.

Produto 15. Gestão Contábil aperfeiçoada

Atualmente, a contabilidade não reflete a situação patrimonial do Estado, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Com o objetivo de atender às NBCASP e melhorar a gestão contábil do Estado, serão desenvolvidas as seguintes atividades: (a) implantação das funcionalidades dos sistemas financeiro, orçamentário, contábil e auxiliares do Estado; e (b) implantação do modelo de gestão da informação, contemplando metodologia, processo de gestão da informação, soluções tecnológicas (data mining jurídico, gestão de documentos eletrônicos, ferramentas de BI), capacitação e plano de comunicação dos produtos.

Produto 16. Gestão da Dívida Pública

Visando diminuir o custo operacional para a gestão da dívida pública, será implantado modelo de gestão da dívida pública, contemplando metodologia, melhoria dos processos, atualização do sistema de informação e plano de comunicação dos produtos.

Produto 17. Custos da Gestão Estadual gerenciados

Diante da dificuldade de apurar o custo da gestão estadual para subsidiar o processo de decisão, faz-se necessário desenvolver e implantar uma nova plataforma de análise de custos e informações gerenciais do Estado.

Produto 18. Gasto Público Estadual gerenciado

Com o objetivo de minimizar a ineficiência do gasto público e a má gestão fiscal, serão necessárias as seguintes atividades: (a) implantação do gerenciamento matricial de despesas em todos os órgãos do executivo estadual; (b) redesenho dos principais processos críticos do Estado; (c)) implantação do portal de qualidade do gasto; (d) implantação do projeto de precificação via NF-e; (e) implantação do sistema de monitoramento e avaliação dos gastos com serviços de saúde; e (f) implantação do portal do simulador fiscal.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

1.3.MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A.PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PLANO PLURIANUAL

As Orientações Estratégicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul estão explicitadas no Planejamento Estratégico da SEFAZ e no Plano Plurianual ? PPA 2016 2019, Lei nº 14.755 de 20/10/2015, cujo Programa ?Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social?, aderente aos objetivos do projeto, pode ser resumidamente detalhado conforme segue:

Objetivo: prover o Estado de recursos econômico-financeiros suficientes para o atendimento de sua função social.

Ações:



a) Ampliação e qualificação da interação da SEFAZ com a sociedade e com os órgãos públicos: ampliar o atendimento, inclusive por meio de parcerias, assegurando a efetividade e a agilidade na entrega do serviço à sociedade e aos órgãos estaduais; fortalecer a conscientização fiscal, por meio da orientação ativa e da comunicação externa clara e objetiva com os diversos públicos;

b) Aperfeiçoamento e inovação da gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público: otimizar os processos, com foco na sua efetividade, mitigando a superposição de atividades e ampliando a produtividade dos recursos e das pessoas; agilizar o andamento dos processos internos por meio da implantação de fluxos eletrônicos; garantir a disponibilidade de TIC, em especial com o uso da Infovia;

c) Implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas: ampliar a interação entre as pessoas, melhorando o clima organizacional; promover a retenção de servidores com alto potencial produtivo; garantir capacitação continuada e aprofundar o desenvolvimento das lideranças da Fazenda;

d) Otimização das receitas e despesas públicas, com justiça fiscal, controle e transparência: maximizar as receitas próprias, por meio da simplificação da relação tributária e da atuação proativa na fiscalização e cobrança; ampliar a fiscalização ostensiva, criar agências móveis e reforçar a logística para estruturas de fiscalização; modernizar as repartições da Receita Estadual/Postos Fiscais de divisa; buscar a sustentabilidade das finanças públicas, qualificando a gestão dos passivos e evitando novos contingentes de dívida ativa;

e) Racionalização das despesas públicas, com controle e transparência: qualificar a gestão do recurso público e racionalizar o controle do gasto; buscar a sustentabilidade das finanças públicas, qualificando a gestão dos passivos e evitando novos contingentes.

O processo de elaboração do PPA 2016-2019 foi subsidiado pela realização de Fóruns Regionais nas nove Regiões Funcionais de Planejamento do Estado, constituindo a forma de participação da sociedade no Plano, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional (atual Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão).

Dentro da visão de futuro do Planejamento Estratégico do Estado, que é "viver um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul", as seguintes diretrizes estratégicas orientaram o planejamento plurianual para o período 2016-2019:

a) Gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;

b) Reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;

c) Prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional;

d) Produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

B. PROFISCO I E PROFISCO II

A linha de crédito condicional para projetos de investimento (CCLIP) - (PROFISCO I/BR-X1005), aprovada em 2008 por um montante de US\$ 500 milhões e ampliada em 2013 para US\$ 700 milhões, teve como objetivo promover a integração dos fiscos brasileiros e modernizar a gestão fiscal, financeira e patrimonial dos estados. A fim de aprofundar e garantir os ganhos obtidos e continuar o processo de modernização fiscal, os estados brasileiros, apoiados pelo Ministério da Fazenda, solicitaram ao BID uma nova CCLIP. Esta nova linha de crédito, BR-X1039 (CCLIP-PROFISCO II), de US\$ 900 milhões, visa apoiar a modernização da gestão fazendária e o aperfeiçoamento da administração tributária e da gestão do gasto público nos estados brasileiros. Pretende, também, fortalecer a arrecadação dos estados num contexto em que o baixo crescimento econômico enfrentado pelo país gera efeitos negativos no desempenho fiscal dos estados.

A seguir, apresenta-se, em detalhe, justificativas para a escolha da linha de crédito PROFISCO II e do BID como fonte externa de financiamento:

a) Consistência da linha de crédito com as prioridades definidas na estratégia do BID com o País. As áreas de intervenção priorizadas pela linha de crédito estão alinhadas com a Estratégia do BID com o Brasil, cujos objetivos estratégicos enfatizam: (i) aumento da produtividade e da competitividade; e (ii) fortalecimento institucional dos três níveis de governo. Para eliminar os obstáculos tributários ao aumento da produtividade e competitividade, o Programa apoia a modernização fiscal, a padronização de procedimentos e a simplificação das obrigações dos contribuintes, com redução da burocracia e do "custo Brasil". O fortalecimento institucional no Brasil implica em melhorar a gestão dos recursos públicos mediante o aperfeiçoamento do sistema tributário e o aumento da eficiência, qualidade e transparência do gasto público. Assim, o Programa apoia de um lado a simplificação tributária, a criação de mecanismos de controle fiscal e a melhoria dos processos de arrecadação, fiscalização e contencioso; e, de outro lado, a modernização da gestão fiscal e a promoção de uma maior cooperação entre os três níveis de governo. A linha de crédito também apoia: (i) a melhoria da relação entre a arrecadação tributária realizada e potencial; e (ii) a gestão do gasto público nos níveis de governo descentralizados.



b)Consistência com o marco legal e o planejamento do Governo Brasileiro. Desde o ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina a necessidade de ação planejada e transparente para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Posteriormente, em 2003, a Emenda Constitucional nº 42/2003 determinou uma maior integração entre os fiscos e, desde 2009, o Brasil iniciou, nos três níveis de governo, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o qual deve contribuir para o cumprimento da Lei da Transparência e da Lei de Acesso à informação (LAI). O Programa considera ainda os seguintes temas prioritários: (i) aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade da economia, com ênfase na combinação de investimento público e privado; e (ii) fortalecimento das instituições públicas com participação e controle social, transparência e qualidade da gestão.

c)Consistência da linha de crédito com as diretrizes fiscais do País. A exemplo do PROFISCO, a linha de crédito tem tratamento excepcional conferido pelo governo federal para a contratação de operações de crédito externo para projetos de investimento de melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, consubstanciada nos seguintes documentos: (i) Resolução de excepcionalidade do Senado Federal; (ii) autorização da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) para que os Estados e o Distrito Federal incluam os valores estimados para contratação de operações de crédito no âmbito da Linha de Crédito nos informes de renegociação dos seus respectivos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF), como exceção aos limites de endividamento.

d)Experiência e desempenho na execução de projetos similares. No caso brasileiro, além da experiência recente do PROFISCO (BR-X1050), registram-se diversos casos de sucesso com o financiamento do BID no setor fiscal: (i) Projeto de Modernização da Secretaria da Receita Federal, órgão do Ministério da Fazenda, responsável pela administração tributária federal; (ii) Programa Nacional de apoio à Modernização da Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE); (iii) Programas de Consolidação Fiscal dos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas e Amazonas.

e)Rapidez e flexibilidade de processamento e aprovação das operações individuais de empréstimo. A utilização de uma Linha CCLIP atende a uma das principais demandas dos Estados Brasileiros ao BID, em especial, das Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação, de respostas rápidas para o alcance de objetivos relacionados com a retomada do equilíbrio fiscal, o cumprimento de metas acordadas com o Governo Federal, o incremento da receita e a contenção do gasto público.

Com relação às condições financeiras da operação, estas serão estruturadas dentro de parâmetros definidos pelo BID, com as seguintes opções usualmente oferecidas:

a)Prazo de desembolso: 5 anos (60 meses);

b)Prazo de carência: 5,5 anos (66 meses);

c)Prazo de amortização: 20 anos (240 meses);

d)Prazo total: 25 anos (300 meses);

e)Comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do financiamento: 0,50% a.a.

f)Taxa de juros baseada na LIBOR de três meses, acrescida da margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do BID: 2,65% a.a. (1º trimestre 2018);

?Libor 3 meses: 1,72%;

?Margem de Financiamento: 0,13%;

?Margem de empréstimo do BID: 0,80%.

Comparativamente ao mercado interno, as condições oferecidas pelo BID mostram-se mais atrativas, notadamente no tocante à taxa de juros, bem inferior àquelas praticadas no mercado brasileiro atualmente.

Para fins de referência, adotar-se-á a taxa de câmbio de US\$ 1,00 = R\$ 3,00, como padrão aos Projetos de outros estados até então aprovados.

2. Projeto

2.1. Título

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II RS



2.3. Mutuário

Estado do Rio Grande do Sul

2.4. Tipo Operacao

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais.

São objetivos específicos:

a) Melhorar o desempenho da governança pública, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços;

b) Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos e custos para cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa;

c) Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, a avaliação da qualidade do gasto público, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Incremento do Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF)	Pontuação obtida na avaliação por critério do indicador / Pontuação total de critérios	%	45,20	90,00
Incremento da arrecadação do ICMS	(Valor anual da arrecadação do ICMS - Valor da arrecadação do ICMS em 2017) / Valor da arrecadação do ICMS em 2017 (atualização pelo IGP-DI)	%	31.933.423.385,54	10,00
Incremento da Eficiência da Cobrança Administrativa	Média dos últimos 12 meses do Índice Mensal de Eficiência da Cobrança Administrativa (Cobrança realizada no mês atual / Estoque disponível no final do mês anterior)	%	4,72	10,00
Incremento da Cobrança Judicial	Valor arrecadado por meio de Cobrança Judicial (meta estabelecida conforme taxa SELIC/TR)	R\$ milhões	277,89	312,45
Economia com o Programa de Qualidade do Gasto	Rubricas do GMD, Material de consumo ? NF-e e Gastos em saúde a serem trabalhados no projeto (meta a ser atualizada pela inflação)	R\$ milhões	213,00	513,00

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO DO PROJETO	160.000,00
P - A1 - Monitoramento e avaliação	160.000,00



P - A2 - Auditoria	
C - I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	40.648.400,00
P - P1. Programa de governança institucional implantada	2.924.400,00
P - P2. Gestão para resultados implantada	1.265.000,00
P - P3. Novo modelo de gestão de pessoas e de mudança organizacional implantado	4.322.200,00
P - P4. Gestão da tecnologia da informação modernizada	21.250.000,00
P - P5. Gestão de aquisições e materiais	8.633.000,00
P - P6. Novas soluções de transparência e cidadania fiscal implementadas	2.253.800,00
C - II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	28.136.000,00
P - P7. Políticas e gastos tributários	3.380.000,00
P - P8. Cadastro e obrigação tributária	2.900.000,00
P - P9. Fiscalização e inteligência fiscal	7.802.000,00
P - P10. Contencioso fiscal	9.500.000,00
P - P11. Serviços ao contribuinte	2.030.000,00
P - P12. Cobrança e arrecadação	2.524.000,00
C - III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	19.955.600,00
P - P13. Planejamento, execução orçamentária e financeira e gestão de pessoas modernizados	6.200.000,00
P - P14. Gestão de ativos e passivos	240.000,00
P - P15. Gestão contábil aperfeiçoada	10.572.500,00
P - P16. Gestão da dívida pública	320.000,00
P - P17. Custos da gestão estadual gerenciados	337.500,00
P - P18. Gasto público estadual gerenciado	2.285.600,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO DO PROJETO

P - A1 - Monitoramento e avaliação

Execução do monitoramento e avaliação do Projeto por parte do executor.

P - A2 - Auditoria

A auditoria será realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

C - I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

P - P1. Programa de governança institucional implantada

Promover a autonomia, o alinhamento, o direcionamento e o monitoramento da atuação da organização, com base em uma estrutura formal, que atenda aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social.

P - P2. Gestão para resultados implantada

Promover um modelo de gestão orientado para resultados, baseado em indicadores de desempenho, em busca do aumento da eficiência, eficácia, efetividade e ?accountability? da gestão, garantindo monitoramento e avaliação sistemática dos avanços e resultados pactuados.

P - P3. Novo modelo de gestão de pessoas e de mudança organizacional implantado

Estimular a atração, a seleção, a retenção, o desenvolvimento, a motivação e a efetiva utilização dos recursos humanos, promovendo a melhoria do desempenho das competências, de acordo com padrões éticos, com adequada alocação e distribuição nas áreas organizacionais.

P - P4. Gestão da tecnologia da informação modernizada

Utilizar as melhores tecnologias para produção de informações válidas, tempestivas e úteis, com riscos aceitáveis, agregando valor à administração fiscal.

P - P5. Gestão de aquisições e materiais

Promover ações relativas às aquisições e à administração dos suprimentos e dos bens móveis e imóveis, alinhadas às necessidades da organização, buscando contribuir para a economia dos recursos, a conservação do patrimônio e para o alcance das metas.

P - P6. Novas soluções de transparência e cidadania fiscal implementadas

Garantir ao cidadão o direito de ser adequadamente informado sobre a origem e aplicação dos recursos públicos, fiscalizando a transformação dos tributos em obras e serviços de qualidade.

C - II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL



P - P7. Políticas e gastos tributários

Gerar informação para definição e avaliação de políticas fiscais e da receita tributária, inclusive quanto às desonerações (gasto tributário).

P - P8. Cadastro e obrigação tributária

Manter cadastros atualizados e segmentados por tipo de contribuinte e controle das obrigações (principal e acessórias).

P - P9. Fiscalização e inteligência fiscal

Planejar e executar a ação fiscal com base em análise de riscos fiscais e em indícios de irregularidades apurados em pesquisa fiscal.

P - P10. Contencioso fiscal

Julgar as impugnações e recursos fiscais dos processos tributários com base nos critérios de relevância e executar a cobrança da dívida ativa com base no perfil do devedor.

P - P11. Serviços ao contribuinte

Oferecer serviços presenciais e virtuais acessíveis e resolutivos e priorizar o relacionamento cooperativo fisco-contribuinte.

P - P12. Cobrança e arrecadação

Controlar a arrecadação e a restituição com base em informações digitais, e efetuar a cobrança do crédito lançado e parcelado com base no perfil do devedor.

C - III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

P - P13. Planejamento, execução orçamentária e financeira e gestão de pessoas modernizados

Planejar e executar o orçamento de forma ordenada e previsível, com base em cenários macroeconômicos realistas, suportado por dispositivos de controle dos recursos públicos, e planejar e executar os recursos financeiros, com foco na eficiência da execução dos projetos e atividades organizacionais.

P - P14. Gestão de ativos e passivos

Executar a gestão dos ativos e passivos com base em análise de custo-benefício e de riscos fiscais.

P - P15. Gestão contábil aperfeiçoada

Produzir registros contábeis e informações atualizadas para atender aos propósitos do controle e da tomada de decisão gerencial.

P - P16. Gestão da dívida pública

Suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo estadual, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco.

P - P17. Custos da gestão estadual gerenciados

Coletar e analisar as informações de custos com vistas à melhoria da qualidade do gasto público.

P - P18. Gasto público estadual gerenciado

Avaliar o gasto público, a fim de torná-lo mais eficiente, efetivo, racional e transparente.

OBSERVAÇÃO: A consolidação por categoria de gasto (tipo de recurso), de todos os produtos, consta do ANEXO TÉCNICO 2: Investimento Consolidado - USD 88,9 MI.

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Não há etapas em execução.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado do Rio Grande do Sul ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado do Rio Grande do Sul, elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para a população, os resultados positivos estarão relacionados com incremento na arrecadação, redução do gasto e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida, tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.



Destaca-se, também, que o projeto beneficiará a PGE, fornecendo condições para que atue com maior eficiência e qualidade na proteção do interesse público, seja efetiva na cobrança, na defesa judicial, no aproveitamento dos recursos do Estado e no controle e prevenção dos efeitos decorrentes de passivos contingentes.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda do Financiamento: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	80.000.000,00	1,00	80.000.000,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	8.900.000,00	1,00	8.900.000,00
Total:			88.900.000,00		88.900.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O monitoramento e a avaliação do Projeto e dos seus resultados serão realizados pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II RS, conforme segue: (i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo; (ii) adequação e credenciamento de sistemas para prestação de contas (Finanças Públicas do Estado - FPE) e aquisições (Portal de Compras Eletrônicas RS), a exemplo do que ocorreu com o PROFISCO I; e, (iii) instalação de escritórios de projetos nas Subsecretarias para gestão de portfólios e monitoramento de metas e indicadores do planejamento estratégico e dos projetos da SEFAZ.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e ao Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (COMSEFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimento operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto (ANEXO TÉCNICO 3) descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

4.2. Execução/Executores

Executor: Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul
Representante Oficial: Luiz Antônio Bins
Endereço da Sede: Avenida Mauá, 1155, Centro Histórico, Porto Alegre
Telefone: (51) 3214-5109
CNPJ: 87.958.674/0001-81

Fax:
UF: RS

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	
C - GESTÃO DO PROJETO	160.000,00	16.000,00		32.000,00		64.000,00		32.000,00		16.000,00		160.000,00
P - A1 - Monitoramento e avaliação	160.000,00	16.000,00		32.000,00		64.000,00		32.000,00		16.000,00		160.000,00
P - A2 - Auditoria												
C - I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	40.648.400,00	3.938.340,00		7.876.680,00		16.385.860,00		8.509.180,00		3.938.340,00		40.648.400,00
P - P1. Programa de governança institucional implantada	2.924.400,00	292.440,00		584.880,00		1.169.760,00		584.880,00		292.440,00		2.924.400,00
P - P2. Gestão para resultados implantada	1.265.000,00					632.500,00		632.500,00				1.265.000,00
P - P3. Novo modelo de gestão de pessoas e de mudança organizacional implantado	4.322.200,00	432.220,00		864.440,00		1.728.880,00		864.440,00		432.220,00		4.322.200,00
P - P4. Gestão da tecnologia da informação modernizada	21.250.000,00	2.125.000,00		4.250.000,00		8.500.000,00		4.250.000,00		2.125.000,00		21.250.000,00
P - P5. Gestão de aquisições e materiais	8.633.000,00	863.300,00		1.726.600,00		3.453.200,00		1.726.600,00		863.300,00		8.633.000,00



P - P6. Novas soluções de transparência e cidadania fiscal implementadas	2.253.800,00	225.380,00		450.760,00		901.520,00		450.760,00		225.380,00		2.253.800,00
C - II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	28.136.000,00	2.683.600,00	130.000,00	5.367.200,00	260.000,00	10.734.400,00	520.000,00	5.367.200,00	260.000,00	2.683.600,00	130.000,00	28.136.000,00
P - P7. Políticas e gastos tributários	3.380.000,00	338.000,00		676.000,00		1.352.000,00		676.000,00		338.000,00		3.380.000,00
P - P8. Cadastro e obrigação tributária	2.900.000,00	178.000,00	112.000,00	356.000,00	224.000,00	712.000,00	448.000,00	356.000,00	224.000,00	178.000,00	112.000,00	2.900.000,00
P - P9. Fiscalização e inteligência fiscal	7.802.000,00	780.200,00		1.560.400,00		3.120.800,00		1.560.400,00		780.200,00		7.802.000,00
P - P10. Contencioso fiscal	9.500.000,00	950.000,00		1.900.000,00		3.800.000,00		1.900.000,00		950.000,00		9.500.000,00
P - P11. Serviços ao contribuinte	2.030.000,00	185.000,00	18.000,00	370.000,00	36.000,00	740.000,00	72.000,00	370.000,00	36.000,00	185.000,00	18.000,00	2.030.000,00
P - P12. Cobrança e arrecadação	2.524.000,00	252.400,00		504.800,00		1.009.600,00		504.800,00		252.400,00		2.524.000,00
C - III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	19.955.600,00	1.408.120,00	760.000,00	3.457.360,00	1.520.000,00	4.573.120,00	3.040.000,00	1.966.000,00	1.520.000,00	951.000,00	760.000,00	19.955.600,00
P - P13. Planejamento, execução orçamentária e financeira e gestão de pessoas modernizados	6.200.000,00	620.000,00		1.240.000,00		2.480.000,00		1.240.000,00		620.000,00		6.200.000,00
P - P14. Gestão de ativos e passivos	240.000,00			120.000,00		120.000,00						240.000,00
P - P15. Gestão contábil aperfeiçoada	10.572.500,00	297.250,00	760.000,00	594.500,00	1.520.000,00	1.189.000,00	3.040.000,00	594.500,00	1.520.000,00	297.250,00	760.000,00	10.572.500,00
P - P16. Gestão da dívida pública	320.000,00			64.000,00		192.000,00		64.000,00				320.000,00
P - P17. Custos da gestão estadual gerenciados	337.500,00	33.750,00		67.500,00		135.000,00		67.500,00		33.750,00		337.500,00
P - P18. Gasto público estadual gerenciado	2.285.600,00	457.120,00		1.371.360,00		457.120,00						2.285.600,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

A governabilidade do governo estadual sobre as ações do projeto minimiza possíveis riscos de execução e outras externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre o desenvolvimento do Projeto. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o Planejamento Estratégico da SEFAZ e PPA 2016-2019 e, em consequência, com os objetivos, diretrizes, metas e prioridades traçadas pelo Estado.

5.8. Execução/Contatos

CPF: 117.829.600-82
Nome: JOSÉ IVO SARTORI
Orgão: Governo do Estado
Estado: Estado do Rio Grande do Sul
Endereço: Praça Mal. Deodoro, s/n - Centro Histórico, Porto Alegre - RS
CEP: 90010-280
Cargo: Governador do Estado
Telefone: 51 3210-4162
Celular: 51 98585-1515

Município:
E-mail: governador-sartori@gg.rs.gov.br
Fax:
Tipo: Titular

CPF: 265.865.680-72
Nome: GIOVANI BATISTA FELTES
Orgão: Secretaria da Fazenda
Estado: Estado do Rio Grande do Sul
Endereço: Avenida Mauá, 1155, 5º andar, Porto Alegre - RS
CEP: 90030-080
Cargo: Secretário de Estado
Telefone: 51 3214-5109
Celular: 51 98400-4296

Município:
E-mail: gabinete.gsf@sefaz.rs.gov.br
Fax:
Tipo: Substituto

CPF: 296.207.240-20
Nome: LUIZ ANTÔNIO BINS
Orgão: Secretaria da Fazenda
Estado: Estado do Rio Grande do Sul
Endereço: Avenida Mauá, 1155, 5º andar, Porto Alegre - RS
CEP: 90030-080
Cargo: Secretário de Estado da Fazenda
Telefone: 5132145109
Celular: 51985943676

Município:
E-mail: gabinete.gsf@sefaz.rs.gov.br
Fax:
Tipo: Substituto

CPF: 393.862.790-53
Nome: CARLOS MÁRIO LIMA DE SOUZA
Orgão: Secretaria da Fazenda
Estado: Estado do Rio Grande do Sul
Endereço: Avenida Mauá, 1155, 5º andar, Porto Alegre - RS
CEP: 90030-080
Cargo: Coordenador-Geral do PROFISCO
Telefone: 51 3214-5129

Município:
E-mail: carlosmario.souza@sefaz.rs.gov.br
Fax:
Tipo: Técnico



Celular: 51 99824-0851